OEI

Observatório Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade



Panorama do ensino superior na Ibero-américa através dos indicadores da Rede INDICES

Papéis do Observatório Nº 20

Abril 2021



PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NA IBEROAMÉRICA ATRAVÉS DOS INDICADORES DA REDE INDICES

Autoridades da OEI

Secretário-Geral Mariano Jabonero

Directora do Ensino Superior e Ciência Ana Capilla

Director do Escritório da Argentina Luis Scasso

Equipa de trabalho do Observatório STS

Coordenador Mario Albornoz

Coordenador Assistente Rodolfo Barrere

Equipa Técnica

Manuel Crespo (Difusão do Conhecimento)
Mariana Entrena (Assistência à Coordenação)
Laura Osorio (Indicadores do Ensino Superior)
Juan Pablo Sokil (Indicadores de Capacidades Científicas e Tecnológicas)

Este relatório foi preparado por Nancy Montes e Laura Osorio, respectivamente coordenadora e secretária técnica da Rede Ibero-Americana de Indicadores do Ensino Superior (Rede INDICES). O apêndice metodológico foi escrito por Carlos Malaca e Rute Nunes da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência de Portugal.

Papéis do Observatório Nº 20 Abril 2021

ISSN: 2415-1785

Observatório Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS) da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI)

Imagem da capa obtida em https://pixabay.com/es/photos/universidad-conferencia-campus-105709/

Endereço: Paraguay 1510 (C1061ADB), Cidade Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Números de telefone (54-11) 4813-0033 / 4813-0034

E-mail: observatoriocts@oei.org.ar

Facebook: Observatorio Iberoamericano CTS

Twitter: @ObservatorioCTS

O uso de linguagem que não discrimina, não reproduz estereótipos sexistas, e que torna visíveis todos os géneros é uma preocupação dos que trabalharam nesta publicação. Uma vez que não há acordo sobre como fazê-lo em espanhol, foram considerados dois critérios para fazer um uso mais justo e mais preciso da língua: 1) evitar expressões discriminatórias; e 2) tornar visível o género quando a situação comunicativa e a mensagem o exigem para uma correcta compreensão.

Índice

Sumário executivo	5
Introdução	7
Principais características do sistema de ensino superior na Ibero-América	8
Considerações finais	27
Bibliografia	28
Apêndice metodológico	29

Sumário executivo

Este relatório resume as principais características do ensino superior na Ibero-América e a dinâmica de algumas dimensões associadas, com base na informação produzida pelas áreas estatais da região e sistematizada pela equipa da Rede Ibero-Americana de Indicadores do Ensino Superior (Rede INDICES), uma iniciativa desenvolvida pelo Observatório Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS) da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) com base nos acordos estabelecidos no Manual Ibero-Americano de Indicadores do Ensino Superior (Manual de Lima).

O sistema de Ensino Superior Ibero-americano evoluiu de um cenário composto quase inteiramente por grandes universidades públicas para um sistema complexo, heterogéneo e segmentado, marcado pela expansão das instituições não universitárias e do sector privado (OEI, 2014). Actualmente, coexistem múltiplas universidades públicas e privadas e instituições não universitárias, algumas delas de excelência, orientadas para o ensino de graduação e pós-graduação, a investigação científica e o desenvolvimento de actividades de divulgação e ligações com os seus territórios e comunidades.

Em 2018, 32.419.830 estudantes frequentavam instituições de ensino superior iberoamericanas que, desde 2010, aumentaram as suas matrículas em 37%. Esta dinâmica
reflecte uma expansão significativa no acesso a este nível de educação, como
resultado de um conjunto de factores que incluem a expansão do ensino obrigatório e
o aumento das taxas de conclusão do ensino secundário, a promoção da formação em
cursos técnicos e profissionais de graduação e pós-graduação por países, e a procura
de uma maior profissionalização gerada pelos sectores científico, tecnológico e
produtivo com a diversificação e especialização dos empregos necessários. O maior
crescimento relativo foi experimentado por programas de pós-graduação,
particularmente programas de doutoramento, cuja matrícula aumentou 52% durante
este período.

Outra característica notável do ensino superior é o aumento da participação do sector privado, que atingiu 51% do total de matrículas regionais em 2018, um aspecto que reflecte a existência de modelos e políticas para a organização da oferta do ensino superior que diferem muito de um país para outro. Em Cuba, por exemplo, toda a oferta do Ensino Superior é gerida pelo Estado, enquanto que em países como o Uruguai (90%) e Espanha (78%), a matrícula está concentrada no sector público. Em contrapartida, em países como o Chile, a participação do sector privado atinge 84% dos seus estudantes.

Em 2018, 55% da população estudantil era composta por mulheres. Na região, persiste uma tendência marcada na presença maioritária de mulheres em áreas e disciplinas relacionadas com a educação, saúde, ciências sociais e artes e humanidades. Contudo, os campos reconhecidos como STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática, na sua tradução para espanhol) mostram uma participação feminina muito baixa, como se viu nos casos de Espanha, Brasil e Chile nas TIC, com menos de 13% do total de matrículas.

O ensino à distância ou virtual registou um crescimento de 89% entre 2010 e 2018, atingindo 4,5 milhões de estudantes de primeiro grau em 2018. A partir de 2020, como resultado da pandemia causada pela Covid-19, a maioria das actividades de formação e investigação tornou-se dependente da ligação à Internet, de modo que, a níveis ainda não devidamente medidos, todo o ensino funcionou de forma remota, sincronizada e assíncrona, dependendo do equipamento e dos recursos de conectividade de estudantes e professores.

A taxa de crescimento da licenciatura no ensino superior ibero-americano excedeu o crescimento das matrículas regionais. Passou de 3,2 milhões de diplomados em 2010 para 4,5 milhões em 2018, registando um crescimento de 40%. A maior proporção de licenciados corresponde ao nível 6 ou graus universitários, com 70% dos graduados. Do número total de graduados, 50% são provenientes de instituições do sector privado. A maior proporção de graduados é em administração de empresas e direito, seguidos pela educação, sendo esta última mais feminina. Entre 2010 e 2018, o número de licenciados em programas de ensino à distância aumentou em 90%, atingindo um total de 551.973 em 2018.

Na maioria dos países ibero-americanos, o número de estudantes que saem para estudar noutros países excede o número de estudantes que entram, excepto nos casos da Argentina e Cuba, onde o número de estudantes que entram excede largamente o número de estudantes que emigram, um fenómeno que contrasta com casos como o Equador, El Salvador e Uruguai, de onde migram mais estudantes para outros países do que entram para estudar nestes países.

Enquanto em 2010 o pessoal académico das instituições de ensino superior na Ibero-América tinha 1,3 milhões de pessoas, em 2018 atingiu 1,7 milhões, o que mostra um crescimento de 17,4% neste período. Esta categoria inclui também os que desempenham tarefas de investigação, gestão e extensão, desde que sejam responsáveis pelas tarefas de ensino.

Em relação ao financiamento do ensino superior, o investimento aumentou 36,3% entre 2010 e 2017, em linha com o crescimento das matrículas. No período de referência, a percentagem de investimento neste nível de educação em relação ao produto interno bruto (PIB) aumentou de 1,17% para 1,32%. Ambos os dados permitem-nos inferir que o crescimento é alcançado através da renúncia ao investimento por estudante. Embora cada país apresente características muito diferentes se se considerar a importância relativa da percentagem de investimento sobre o PIB, o gradiente varia de 0,41% na República Dominicana a 2,7% no Chile, reflectindo uma heterogeneidade significativa entre países.

Este breve diagnóstico do Ensino Superior baseado nos seus principais indicadores mostra a dinâmica que caracteriza os sistemas de ensino terciário e universitário. Este universo inclui diferentes esquemas institucionais de acordo com as trajectórias de cada país, a fim de garantir opções de acesso à formação académica e científica e profissionalização que estão actualmente à disposição da população, e a partir das quais as áreas de produção, serviços, e os campos social, económico e científico são organizados.

Introdução

Este relatório apresenta os principais resultados que emergem das estatísticas do Ensino Superior na Ibero-América que são recolhidas e publicadas pela Rede INDICES.¹

A informação foi fornecida pelos produtores oficiais de informação sobre o ensino superior nos países da Ibero-América para o período 2010-2018, com base nas directrizes estabelecidas no Manual de Lima.² O Manual foi desenvolvido com a participação de representantes dos escritórios que produzem informações sobre o Ensino Superior nos países da região, juntamente com um grupo de peritos na matéria. As definições das variáveis e indicadores analisados no presente documento referem-se a esta produção colectiva.

A descrição e análise da informação está organizada em sete secções: 1) contexto económico, demográfico e educativo; 2) expansão do ensino superior; 3) características e dinâmicas de matrícula e graduação; 4) pessoal académico; 5) financiamento; 6) processos de internacionalização; e 7) a questão do género no ensino superior.

Nas dimensões e desagregações para as quais ainda não estão disponíveis dados comparativos sobre os valores totais para a América Latina e Ibero-América, é feita uma análise comparativa dos países que forneceram informação adequada sobre estes indicadores. Os indicadores de I&D incluídos neste estudo baseiam-se na Rede Ibero-Americana de Ciência e Tecnologia (RICYT). Em todos os casos, trabalhámos a partir das últimas informações disponíveis consolidadas pelos países e pelas outras fontes de dados consultadas (OCDE, Banco Mundial, UIS UNESCO, SITEAL).

O relatório é completado com um apêndice metodológico - elaborado por Carlos Malaca e Rute Nunes, da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Portugal - que propõe a utilização de outros dados disponíveis para quantificar e descrever processos de internacionalização. Dado que um dos objectivos da Rede INDICES é desenvolver metodologias e indicadores, é relevante incluir estas contribuições.

¹ Mais informações em: http://www.redindices.org/.

² Mais informações em: http://www.redindices.org/manual-de-lima.

Principais características do sistema de ensino superior na Ibero-América

Actualmente, o Ensino Superior na América Latina caracteriza-se por ter múltiplas universidades públicas e privadas e instituições não universitárias, algumas delas de excelência, orientadas para o ensino de graduação e pós-graduação, investigação científica, e o desenvolvimento de actividades de divulgação e ligações com os seus territórios e comunidades. Nos últimos anos, a dinâmica deste nível de educação tem sido marcada por um crescimento significativo das matrículas, pela expansão das instituições não universitárias e por um aumento da participação do sector privado, que atingiu 51% do total de matrículas na região até 2018.

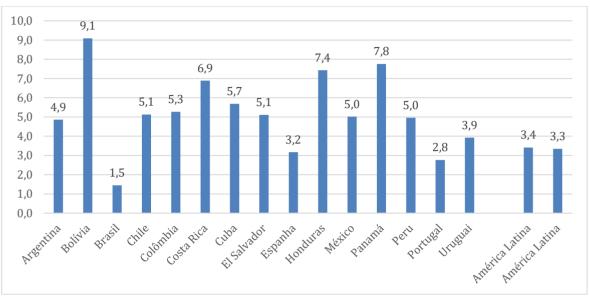
Outra característica que será particularmente relevante a partir de 2020 é o modo virtual ou à distância. O crescimento que tinha vindo a ocorrer incrementalmente entre 2010 e 2018 (89%) foi acelerado pela força da pandemia, chegando a virtualizar a participação da maioria das propostas a partir de março de 2020 à escala global. Até 2021, uma grande parte das instituições mantém propostas de formação que conseguiram superar a falta de presencialidade, promovendo a aquisição de novas capacidades e competências para o ensino online, em modo síncrono e assíncrono, bem como o desenvolvimento de plataformas e recursos para apoiar as atividades que organizam esta oferta.

1. Contexto económico, demográfico e educativo

Entre 2010 e 2017-2018, os países Ibero-Americanos cresceram em média 3,3%, considerando a variação anual do PIB em cada um dos países. Para a América Latina, o crescimento foi ligeiramente superior, 3,4%.

A informação desagregada para cada um dos países mostra uma característica estrutural da região: a heterogeneidade de situações e a desigualdade entre os países que compõem a região. Enquanto quatro países tiveram uma taxa média de crescimento superior a 6%, no outro extremo, Brasil e Portugal têm taxas de crescimento inferiores a 3%.

Gráfico 1. Crescimento médio anual do PIB em países seleccionados e valores estimados para a Ibero-América e América Latina (em dólares PPP).³ 2010 a 2017-2018 de acordo com o relatório do ano passado



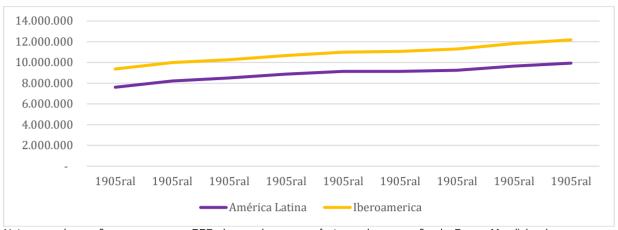
Fonte: elaborado pelos autores com base em dados da Rede INDICES

A partir de 2020, a emergência da pandemia impôs severas restrições às economias, dada a impossibilidade de sustentar algumas actividades e a necessidade de lidar com a emergência sanitária e as suas consequências sociais. Segundo estimativas da CEPAL, o declínio estimado do PIB para a região em 2020 atingirá 7,7% (CEPAL, 2020), enquanto que a nível mundial se estima uma queda de 4,4%.

As previsões para 2021, considerando o impacto que a vacinação teria no restabelecimento das actividades que organizam a economia (OCDE, 2021), estimam uma recuperação que de qualquer modo não atingiria os valores pré-pandémicos, uma situação que afectará os recursos que podem ser atribuídos para sustentar e expandir os orçamentos atribuídos ao sector da educação em geral e ao ensino superior em particular. Como se pode ver no **Gráfico 2**, a evolução do PIB, que apresentou um ritmo moderado mas positivo, mostrará doravante uma contracção significativa que afectará as economias e as pessoas ao longo da década.

³ PPC: paridade do poder de compra.

Gráfico 2. Evolução do PIB estimado na Ibero-América e na América Latina (em PPP). 2010 a 2018



Nota: os valores são expressos em PPP de acordo com os factores de conversão do Banco Mundial sobre a informação da moeda local fornecida por cada país

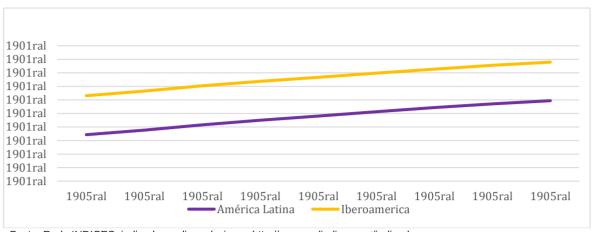
Fonte: Rede INDICES, indicadores disponíveis em http://www.redindices.org/indicadores

Em relação à dinâmica populacional, devem ser destacados os seguintes aspectos:

- o crescimento abrandou, influenciado principalmente por um declínio na taxa de fertilidade (2,04 nascimentos vivos por mulher, abaixo do nível de substituição de gerações para o período 2015-2010);
- o bónus demográfico que caracterizou a estrutura da população isto é, a maior presença de grupos em idade activa - está a chegar ao fim (de formas diferentes consoante o país), também afectada pelo maior peso da população envelhecida em resultado do aumento da esperança de vida, que se situa numa média de 75,2 anos entre 2015 e 2020 para a América Latina;
- em contraste com as décadas anteriores, desde 2015 a migração intra-regional ganhou importância, caracterizada por movimentos entre países, geralmente como resultado de dificuldades económicas e sociais;
- as mulheres mantêm uma proporção estável, sendo 50,7% em 2010 e 50,8% em 2020.

Na América Latina, o crescimento entre 2010 e 2018 foi de 10,6% na população total e de 10,8% entre as mulheres. Ao considerar Espanha e Portugal e a sua evolução demográfica, o crescimento populacional estimado para o período 2010-2018 na Ibero-América é de 7,9%, atingindo um total de 675,8 milhões de pessoas em 2018, enquanto o grupo populacional de interesse para o ensino superior (18 a 24 anos de idade) experimenta um crescimento mais brando, sendo responsável pelo declínio da taxa de natalidade acima mencionada.

Gráfico 3. População total na América Latina e Ibero-América com base em projecções populacionais. 2010 a 2018

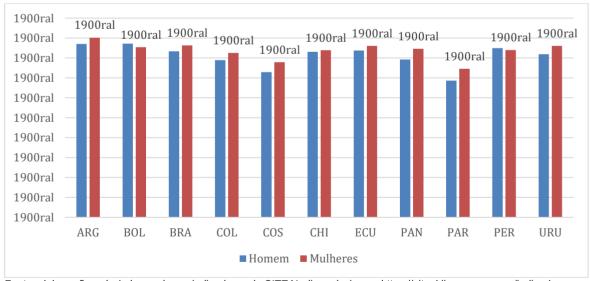


Fonte: Rede INDICES, indicadores disponíveis em http://www.redindices.org/indicadores

Na área da educação, a expansão da cobertura, o estabelecimento do ensino secundário obrigatório como ciclo completo em 15 dos países da Ibero-América, e o aumento da taxa de conclusão constituem o piso mínimo a partir do qual se expande o ensino superior. Por seu lado, Portugal inscreveu 97% da população na idade teórica para o ensino secundário, e Espanha inscreveu 90% dos seus adolescentes e jovens.

Gráfico 4. Taxa líquida ajustada de frequência do ensino secundário por sexo.

Países seleccionados da América Latina (2017)



Fonte: elaboração própria baseada em indicadores do SITEAL disponíveis em: https://siteal.iiep.unesco.org/indicadores

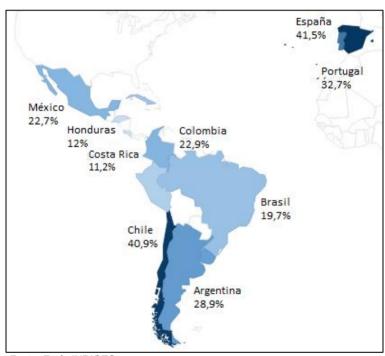
2. Expandir o acesso ao ensino superior

As políticas desenvolvidas pelos países com vista a fomentar o acesso ao Ensino Superior, a promover carreiras em áreas estratégicas, e a implementar acções de apoio a grupos vulneráveis ou minoritários constituem um factor que intervém na

expansão do acesso ao Ensino Superior. Estas acções são expressas no aumento do investimento no Ensino Superior por parte dos países (ver ponto 5).

Um outro elemento que condiciona a expansão do Ensino Superior é a procura de empregos que requerem formação técnica, profissional e especializada nos campos do conhecimento e a decisão pessoal dos indivíduos de alargar os seus horizontes de formação.

De acordo com a definição de Trow (2006), vários países da região encontram-se numa fase de universalização em termos de acesso ao ensino superior, uma vez que têm taxas de educação bruta⁴ superiores a 50%, enquanto que as taxas líquidas⁵ variam entre 11% e 42%, uma situação que reflecte a heterogeneidade presente entre os países. O mapa abaixo mostra o progresso dos países da Ibero-América em termos de acesso ao Ensino Superior.



Mapa 1. Taxa líquida de frequência do ensino superior da população com idades compreendidas entre 18 e 24 anos. Países Iberoamericanos seleccionados (2018)

Fonte: Rede INDICES

Espanha é o país com a taxa mais alta, com 41,5%, seguido pelo Chile, com 40,9%. Os países com menor proporção da população que frequentam o ensino superior são os da América Central, neste caso Costa Rica e Honduras, com taxas inferiores a 12%.

⁴ A taxa bruta expressa o rácio entre a população que frequenta as instituições de ensino superior e a população total com idades compreendidas entre 18 e 24 anos.

⁵ A taxa líquida é calculada considerando o número de estudantes no grupo etário teórico correspondente (18-24 anos) que frequentam o ensino superior, expresso como uma percentagem da população total nesse grupo etário.

3. Características e dinâmicas de inscrição e graduação

Os estudantes que frequentam instituições de ensino superior na Ibero-América representaram 13% de todos os estudantes a nível mundial em 2010 e 14,4% em 2018.

Nos últimos anos, as instituições de ensino superior aumentaram significativamente o número de estudantes em resposta à procura maciça de ensino superior. Globalmente, este crescimento foi de 23% no período 2010-2018, enquanto a América Latina e a África Subsaariana são as duas regiões com um crescimento que atinge os 40%, seguidas pela América Latina, que aumentou em 37% a população a frequentar licenciaturas e pós-graduações. Por outro lado, a Europa e a América do Norte mostram uma diminuição da participação de 14% e 6% respectivamente, como se pode ver no **Gráfico 5**.

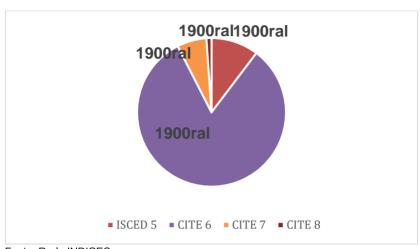
250.000.000 225.070.099 182.258.314 200.000.000 150.000.000 100.000.000 50.000.000 0 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral Iberoamerica •América Latina **-**Europa -África Sub-Sahariana ——Ásia Oriental e Pacífico -América do Norte -Mundo

Gráfico 5. Estudantes do ensino superior por região do mundo. 2010 a 2018

Fonte: dados para a América Latina e Ibero-América: Rede INDICES; outras regiões: UIS UNESCO

De acordo com os níveis ISCED, os 32.419.830 estudantes que frequentam o ensino superior na Ibero-América estão distribuídos principalmente pelos: nível 6, que oferece graus de licenciatura; nível 5, que inclui graus de nível terciário de ciclo curto; nível 7, com graus de mestrado; e finalmente, com menos peso, nível 8, que inclui graus de doutoramento ou equivalentes.

Gráfico 6. Alunos do Ensino Superior na Ibero-América por níveis ISCED (2018)



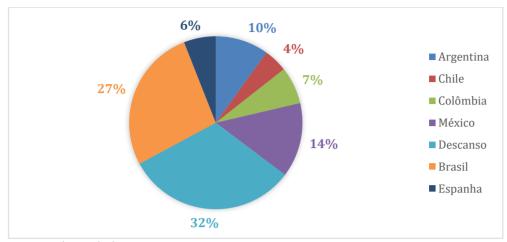
Fonte: Rede INDICES

No período 2010-2018, embora ainda a níveis incipientes em comparação com outras regiões, o de maior crescimento foi o CITE 8 com 52%, seguido do CITE 7, que cresceu 35%, e o CITE 6 teve um crescimento mais moderado, com 32%. Este crescimento reflecte uma expansão vertical e especialização nos organismos profissionais do Ensino Superior que favorece a inserção no mercado de trabalho, entre os quais se encontram os ligados à inserção em equipas e programas de investigação no seio do próprio sistema de formação e científico.

3.1. População estudantil por país

Em relação ao peso da população estudantil nos países da região, o Gráfico 7 mostra que, embora o Brasil tenha a maior população estudantil, a diferença em relação a outros países é menor do que a que resultaria de comparar apenas a dimensão da população. Nesta distribuição, o "restante" que agrupa os países mais pequenos atinge praticamente um terço do total, o que é um valor muito superior ao que resulta da consideração de algumas das variáveis acima mencionadas.

Gráfico 7. Estudantes do ensino superior por país na Ibero-América (2018)

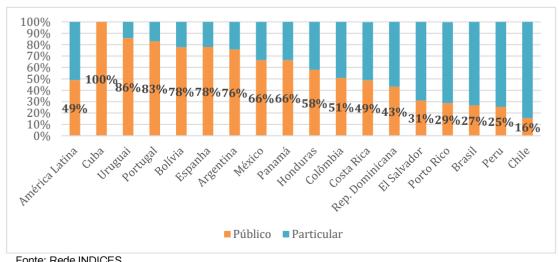


Fonte: Rede INDICES

3.2 Inscrição por sector de gestão

Uma das características históricas do Ensino Superior na região durante a primeira parte do século XX tem sido a preponderância das universidades públicas. Isto tem vindo a mudar ao ponto de, embora as instituições públicas continuem a ter uma participação maioritária no total de matrículas universitárias na maioria dos países, a nível regional o sector privado representa agora 51% dos estudantes (Gráfico 8). Enquanto em Cuba toda a oferta do Ensino Superior é estatal, no Chile a participação do sector privado atinge 84% dos seus estudantes, um fenómeno que mostra a existência de modelos e políticas muito diferentes para a organização da oferta do Ensino Superior. O peso do sector privado num dos maiores países, como o Brasil, contribui para o facto de uma percentagem significativa de inscrições na região se situar no subsistema privado.

Gráfico 8. Alunos do Ensino Superior na Ibero-América por sector de gestão por país (2018)



Fonte: Rede INDICES

3.3. Dinâmica da graduação

Na região, o número de diplomados aumentou 40% entre 2010 e 2018, de 3,2 milhões para 4,5 milhões, como mostra a **Gráfico 9**, ultrapassando o crescimento de matrículas no mesmo período. Do total regional, o Brasil é o país com maior crescimento no número de licenciados para este último ano, com 35%, seguido pelo México com 21%, Colômbia com 13% e Argentina e Chile com 7%. Em relação ao peso do sector privado, é interessante notar a diminuição da proporção de licenciados pertencentes ao sector público, uma vez que, desde o início da década, mais de 50% dos licenciados pertenceram ao sector privado.

Gráfico 9. Diplomados do ensino superior na Ibero-América. 2010 a 2018

Fonte: Rede ÍNDICES

3.4. Graduados por nível ISCED

De acordo com a distribuição por nível de formação, em 2018, 70% dos diplomados correspondem ao nível 6 ou bacharelato ISCED, 16% correspondem ao nível 5 ISCED, 13% ao nível 7 ou mestrado ISCED, e os restantes 1% ao nível 8 ou doutoramento ISCED. Como foi observado para a dinâmica de crescimento das matrículas durante o período em análise, a expansão dos diplomados é um indicador relevante. Este é o grupo que integrará equipas de investigação em programas que requerem licenciaturas concluídas a fim de participar em áreas de formação na produção de conhecimento e no desenvolvimento científico, bem como constituir a base para a expansão da oferta e graduação de programas de pós-graduação e para a participação em programas de intercâmbio com outros países.

3.5. Graduados por área de conhecimento

A distribuição do número total de licenciados por área de conhecimento mostra que a maior proporção de licenciados está concentrada nas áreas da administração de empresas e direito, seguida da educação com 16%, enquanto que a engenharia, indústria e construção, bem como a saúde e bem-estar, têm quotas próximas dos 14%. Os outros campos do conhecimento têm valores inferiores a 10%: por exemplo,

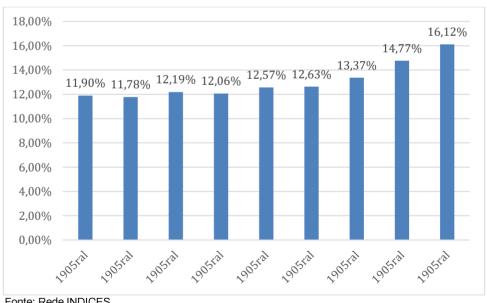
as TIC e as ciências naturais, a matemática e a estatística representam 4% e 3%, respectivamente, do número total de licenciados.

3.6. Ensino a distância

O ensino virtual é uma ferramenta com grande potencial para expandir a cobertura do Ensino Superior, particularmente entre os estudantes que acedem a este nível pela primeira vez ou para aqueles que vivem em áreas onde a oferta de educação não existe, uma vez que, como sabemos, está concentrada em grandes áreas urbanas. Durante 2020, esta possibilidade foi também alargada devido à impossibilidade de aulas presenciais devido ao encerramento ou restrição de atividades em instituições devido ao isolamento ou medidas de distanciamento que muitos países implementaram face à pandemia.

A proporção de estudantes à distância que estudam um primeiro grau no ensino superior aumentou entre 2010 e 2018 em 4 pontos percentuais (Gráfico 10). Em 2010, de um pouco mais de 19 milhões de estudantes de primeiro grau na região, 2,3 milhões estavam a estudar à distância, representando 11,9% do total. Em 2018, este modo de ensino representava 16,1% do total, atingindo cerca de 4,8 milhões de estudantes.

Gráfico 10. Evolução da proporção de estudantes de primeiro grau na Ibero-América em modo de ensino a distância. 2010 a 2018



Fonte: Rede INDICES

A nível do país, é possível observar que a presença desta modalidade é ainda incipiente em alguns casos e extremamente desigual (Gráfico 10). As Honduras são o país da região com maior presença de ensino a distância (27,5%), seguido pelo Brasil (24,3%) no ensino superior de primeiro grau. No outro extremo, o Chile e Portugal têm menos de 3% das suas matrículas no ensino a distância.

América Latina 16.1 América Latina 16,6 Honduras 27,5 Brasil 24.3 Colômbia 19,2 México 13,9 República Dominicana 13,8 Argentina 5,2 Cuba 3,2 Chile 3.0 Portugal

Gráfico 11. Participação em ofertas de modalidades de inscrição ensino a distância nos países da região (2018)

Fonte: Rede INDICES

A situação excepcional criada a nível mundial pela pandemia deu ímpeto a muitas atividades, incluindo formação e investigação, a serem realizadas em modos de funcionamento não presenciais, uma vez que as instituições foram encerradas em muitos países para impedir a propagação do vírus e proteger a população.

10.0

15.0

20.0

25.0

30.0

3.7. Graduados no modo de ensino a distância

0.0

5.0

Entre 2010 e 2018, o número de licenciados em programas de ensino a distância aumentou em 90%, atingindo um total de 551.973 no último ano, uma dinâmica que acompanha o crescimento da matrícula nesta modalidade. No México, estes estudantes representam 20% do número total de licenciados de ciclo completo.

3.8. Nova dinâmica

A passagem a diferentes formatos de ensino a distância irá sem dúvida criar outras dinâmicas que irão favorecer a extensão ou institucionalização desta modalidade no futuro. Neste contexto, os sistemas e instituições de ensino superior tiveram de modificar os seus regulamentos a fim de criar espaço para o funcionamento das aulas, exames e outras actividades, a fim de evitar a perda do ano lectivo ou a descontinuidade das actividades, bem como para empregar outras capacidades e habilidades a fim de organizar esquemas de ensino, acompanhamento e investigação com a utilização de novas plataformas e dispositivos, a fim de sustentar o conjunto de propostas e actividades.

4. Pessoal académico

Em termos de pessoal académico, a Ibero-América mostra um aumento constante do número de professores. Em 2010, o pessoal académico era de 1,3 milhões de pessoas, e em 2018 atingiu 1,7 milhões. Isto mostra um crescimento de 17,4% neste período (**Gráfico 12**). Esta categoria inclui também aqueles que realizam tarefas de

investigação, gestão e extensão, desde que sejam responsáveis pelas tarefas de ensino.

1.800.000 1.750.000 1.756.645 1.700.000 1.709.383 1.664.339 1.650.000 1.599.080 1.616.278 1.600.000 1.537.607 1.550.000 1.573.733 1.500.000 1,496,888 1.450.000 1.400.000 1.350.000 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral 1905ral

Gráfico 12. Pessoal académico na Ibero-América. 2010 a 2018

Fonte: Rede INDICES

4.1 Distribuição do pessoal académico por sector de gestão

A distribuição do pessoal académico por sector de gestão está relacionada com o grau de participação de matrículas neste sector no Ensino Superior em cada país, sem esquecer que em alguns países, os professores que não têm dedicação exclusiva podem trabalhar simultaneamente tanto em instituições públicas como privadas. Por outro lado, considerando que este crescimento não segue proporcionalmente a mesma dinâmica que o das inscrições, é provável que o número de alunos por professor tenha aumentado, ou que o aumento das modalidades de distância tenha tido um impacto nesta relação.

5. Financiamento

Em relação ao financiamento do Ensino Superior Ibero-Americano, o investimento mostra um aumento notável de 36% entre 2010 e 2017 (**Gráfico 13**). Este é um aumento em termos reais, uma vez que o gráfico seguinte mostra a despesa total expressa em dólares PPP - ou seja, em paridade de poder de compra. Esta é uma evolução sustentada, progredindo ano após ano a um ritmo semelhante. Este crescimento mostra sinais de apoio financeiro ao Ensino Superior na região que, para além da dinâmica do número de estudantes, inclui outras actividades como investigação e extensão.

Gráfico 13. Investimento no ensino superior na Ibero-América e América Latina (expresso em milhões de pesos em PPP). Anos 2010 a 2017



Fonte: Rede INDICES

5.1 Diversidade entre países

Os dados regionais não são obviamente representativos da realidade de cada país, uma vez que cada um apresenta características muito diferentes. Além disso, a importância relativa que a política de um país atribui ao Ensino Superior é expressa através da relação com o seu PIB. A este respeito, as realidades são muito diferentes, uma vez que, como mostra o Gráfico 14, alguns países investem menos de 1% do PIB, enquanto outros investem mais de 2%. O declive varia de 0,41% na República Dominicana a 2,7% no Chile.

3,00% 2,70% 2,50% 2,13% 2,14% 2,23% 2,00% 1,21% 1,33% 1,31% 1,37% 1,46% 1,32% 1,36% 1.50% 1,00% 0,57% 0,41% 0,50% 0,00% Honduras Argentina Colômbia Bolivia

Gráfico 14. Investimento no ensino superior em relação ao PIB nos países da América Latina (2017 ou último ano disponível)

Fonte: Rede INDICES

No contexto de restrições de recursos que a nova década parece marcar, é importante referir os diferentes esquemas de financiamento que alguns países da região implementaram a fim de apoiar o Ensino Superior. Estes vão desde a utilização de fórmulas para tornar mais eficiente a atribuição de recursos à geração de programas especiais de apoio a actividades específicas, e incluem também a incorporação de incentivos económicos que dão prioridade à equidade e a atribuição de bolsas de estudo ou subsídios a grupos particulares da população (Fanelli, 2019).

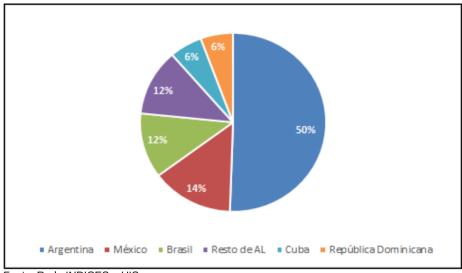
6. Processos de internacionalização

A expansão da mobilidade internacional de estudantes no ensino superior é um fenómeno de crescente visibilidade e impacto (IESALC, 2019). Constitui uma das manifestações dos processos de migração por razões ligadas à profissionalização das pessoas e ao intercâmbio de pessoal qualificado. De acordo com dados da Rede INDICES, o número total de estudantes internacionais de ciclo completo (não estudantes de intercâmbio) na Ibero-América em 2018 era de 176.055. O país com a maior proporção de estudantes estrangeiros foi a Argentina, com um total de 88.873, representando 50% do universo Ibero-Americano.

6.1. Estudantes estrangeiros na América Latina

Para alguns países da região, é possível observar a evolução da mobilidade internacional, caracterizada pelo aumento do número de estudantes estrangeiros. Particularmente notável é o caso da Argentina, que passou de 36 mil estudantes estrangeiros em 2010 para mais de 80 mil em 2017, apresentando um crescimento notável de 40%. Outros países, como Cuba, pelo contrário, não mostram um aumento mas uma diminuição constante de estudantes internacionais, passando de 27 mil em 2010 para 10 mil em 2017, ou seja, diminuindo em cerca de 70% nesse período.

Gráfico 15. Estudantes internacionais na Ibero-América por país de destino (2018)

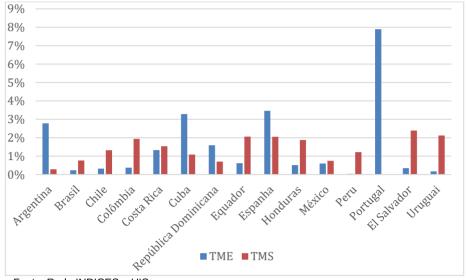


Fonte: Rede INDICES e UIS

6.2. Taxas de mobilidade

Tendo em conta as taxas de entrada e saída de estudantes (**Gráfico 16**), vemos que na maioria dos países da América Latina, os estudantes que saem para estudar noutros países excedem os estudantes que entram, exceto nos casos da Argentina e Cuba, onde o número de estudantes que entram excede largamente o número de estudantes que emigram, um fenómeno que contrasta com casos como o Equador, El Salvador, Peru e Uruguai, onde há muito mais estudantes que migram para outros países do que aqueles que entram para estudar nesses países. Na Argentina, Cuba e Espanha, a percentagem de estudantes estrangeiros em comparação com o número total de estudantes no ensino era de 3%; para Portugal é de 8%. Por outro lado, em países como o Equador, Espanha, El Salvador, e Uruguai, a percentagem de estudantes que migram para o estrangeiro excedeu 2%.

Gráfico 16. Taxa de mobilidade de entrada (TME) e de saída (TMS)⁶ (2018)



Fonte: Rede INDICES e UIS

6.3. Mobilidade intra-regional

Uma das características presentes na região, em comparação com outras, é a elevada mobilidade intra-regional. Em países como a Argentina, Chile e Colômbia, em 2017-2018 mais de 80% dos estudantes estrangeiros vieram de países da América Latina e entre 4% e 10% de países europeus. No Brasil, a distribuição varia um pouco mais, com apenas 50% dos estudantes provenientes da região, além de 24% de África e 12% da Europa. Em contraste, dois dos principais destinos escolhidos pelos estudantes latino-americanos foram os Estados Unidos e o Canadá, como no caso dos estudantes mexicanos (90%), costarriquenhos (78%), argentinos (73%), brasileiros (70%), equatorianos (63%), colombianos (56%) e chilenos (50%).

7. A questão do género no ensino superior

Apesar de ainda existirem lacunas de género em alguns aspectos do Ensino Superior na região, nos últimos anos as políticas implementadas em alguns países e os programas desenvolvidos por algumas instituições têm sido terreno fértil na procura da igualdade de género. A maioria das pessoas que estudam e se formam no Ensino Superior na região são mulheres. Contudo, subsistem desafios; por exemplo, a paridade de género entre os estudantes é matizada quando se olha para os diferentes níveis do Ensino Superior e quando se examinam disciplinas específicas. Além disso, este valor equitativo a nível regional mascara diferenças que marcam diferenças significativas de género em alguns países (OEI, 2018). É importante notar que existe uma correlação positiva entre a diversidade na composição dos grupos de investigação e os resultados alcançados, pelo que a incidência de equipas de

_

⁶ A taxa de mobilidade de entrada (TME) é o número de estudantes estrangeiros que estudam num determinado país, expresso como uma percentagem do total de matrículas nesse país. A taxa de mobilidade de saída (TMS) é o número de estudantes de um determinado país a estudar no estrangeiro, expresso como uma percentagem do total de matrículas nesse país (definições UIS-UNESCO).

investigação equilibradas em termos de género é um aspecto a ter em conta na avaliação das actividades de investigação no ensino superior.

7.1. Inscrição por sexo

Desde os anos 80, a população estudantil feminina começou a ultrapassar a masculina em quase todos os países. O gráfico 17 mostra que em todos os países da região, as estudantes do sexo feminino são a maioria, variando entre 51% no México e 63% do total de matrículas na República Dominicana. Em 2018, 55% da população estudantil era do sexo feminino.

México Bolívia 51% Chile Colômbia 53% Portugal 54% Espanha 54% Costa Rica 54% El Salvador 54% Peru 55% Honduras 57% Brasil 57% Porto Rico 58% Panamá 60% Cuba 60% Argentina 62% Uruguai 62% R. R. Dominicana 63% 55% América Latina América Latina 0% 10% 20% 80% 90% 30% 40% 50% 60% 70% 100% ■ Feminino ■ Homem

Gráfico 17. Estudantes do Ensino Superior na Ibero-América por sexo, por país (2018)

Fonte: Rede INDICES

7.2. Estudantes do sexo feminino por área de conhecimento

A distribuição das estudantes do sexo feminino por área de conhecimento em 2018 pode ser vista no **Quadro 1**. Na região, persiste uma tendência marcada na presença maioritária feminina em áreas e disciplinas relacionadas com a educação, saúde, ciências sociais, e artes e humanidades. Contudo, os campos reconhecidos como STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática, na sua tradução espanhola) apresentam uma participação feminina muito baixa, como se viu nos casos de Espanha, Brasil e Chile nas TIC, com menos de 13% em relação ao total de matrículas.

Quadro 1. Estudantes femininas matriculadas no ensino superior por países Ibero-Americanos, por campo de conhecimento (percentagem) (2018)

	AR	CL	CU	PR	BR	НО	CR	SA	CO	PT	PG	MX	UR
Campo do conhecimento	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(5)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Educação		80											
Saúde e Bem-estar							69						
Ciências sociais, jornalismo e informação													69
Administração de Empresas e Direito							58						
Artes e Humanidades						58					58		
Ciências naturais, matemática e estatística	58	46					51		50				58
Serviços				58						45	42		
Agricultura, silvicultura, pesca e medicina veterinária											58		50
Engenharia, indústria e construção			45										
Tecnologias de informação e comunicação													

Fonte: Rede INDICES

7.3. Graduação de acordo com o sexo e nível ISCED

A nível regional, a distribuição do número total de diplomados de acordo com o género mostra que as mulheres representavam 57,6% em 2018. Em cada nível ISCED, na maioria dos países da região, as mulheres licenciadas representam mais de 50% do total, seguindo a tendência observada nas inscrições. Em 2018, as mulheres licenciadas no ISCED 6 ou bacharelato e ISCED 7 ou mestrado em países como a Argentina, Brasil, Costa Rica, Espanha, Portugal e Uruguai excederam os 55%. Contudo, a nível do ISCED 8 ou doutoramento, as mulheres em países como o Chile e a Colômbia estavam abaixo dos 50%, embora outros países excedessem novamente 50% do total, como a Argentina (54%), Brasil (54%) e México (52%), entre outros.

7.4. As mulheres no pessoal académico

Em termos de pessoal académico, as mulheres representavam 42% do número total de professores na Ibero-América em 2018, um valor que se tem mantido sem variações significativas desde 2010. Isto difere da participação das mulheres no ensino superior como estudantes e licenciadas, onde, como vimos, representam percentagens relevantes. Ou seja, a inserção de pessoal académico não parece acompanhar a dinâmica verificada na inscrição, fenómeno provavelmente atribuído aos sistemas de entrada e promoção das equipas docentes, aos esquemas de estabilidade em vigor nesse mercado de emprego e à dinâmica caracterizada pelo efeito "teto de vidro", o que torna mais inacessível às mulheres alcançar posições mais elevadas (OEI, 2018).

7.5. As mulheres na investigação universitária

Na área da investigação, tem havido progressos desiguais no sentido da paridade de género. Embora na média regional 53% dos que fazem investigação sejam homens, há países com paridade virtual como a Argentina, Paraguai e Uruguai, e países com grandes lacunas como o Chile e a Colômbia (**Gráfico 18**).

60% 57% 53% 49% 48% 50% 42% 41% 38% 38% 40% 32% 30% 20% 10% 0% Argentina Guatemala Uruguay Costa Rica Paraguay Honduras Ecuador El Salvador Colombia

Gráfico 18. Percentagem de mulheres investigadoras no ensino superior por país (2018)

Fonte: RICYT

Neste sentido, o campo do Ensino Superior tem sido um lugar favorável para a igualdade de género na região; com excepção do Chile, em todos os casos a presença de mulheres investigadoras é superior à sua participação no resto dos sectores.

Observações finais

Em resumo, vale a pena destacar quatro características que descrevem o ensino superior nos países da Ibero-América. Em primeiro lugar, é uma oferta de formação em expansão: em 2018, cerca de 32.419.830 estudantes frequentavam instituições de ensino superior, um universo que tem experimentado um crescimento sustentado na matrícula (37%) desde 2010. Esta dinâmica está associada a vários factores, entre os quais se podem destacar: i) a expansão do ensino obrigatório e o aumento das taxas de conclusão do ensino secundário, que constituem condição mínima para o acesso ao ensino superior; ii) o aumento do investimento destinado ao ensino superior e à área científica, que se exprime igualmente na promoção da formação em carreiras técnico-profissionais de graduação e pós-graduação por parte dos países que visam áreas de conhecimento priorizadas ou grupos populacionais específicos; e iii) a exigência de uma maior profissionalização que os sectores científico, tecnológico e produtivo geram com a diversificação e especialização dos empregos necessários. O maior crescimento relativo foi experimentado por programas de pós-graduação, particularmente programas de doutoramento, cuja matrícula aumentou 52% durante este período.

Em segundo lugar, podemos apontar para o aumento da participação do sector privado, que atingiu 51% do total de matrículas regionais em 2018, aspecto que reflecte a existência de modelos e políticas de organização da oferta do Ensino Superior altamente diferenciadas entre países.

A participação maioritária das mulheres na inscrição no ensino superior é outra característica marcante: em 2018, 55% da população estudantil era composta por mulheres. Embora este aspecto do fosso (acesso) tenha sido ultrapassado na região, existem duas dinâmicas que ainda expressam níveis de desigualdade: a participação excessiva em alguns campos e algumas disciplinas (educação, saúde, ciências sociais, artes e humanidades) em detrimento de outros ligados à ciência, tecnologia, engenharia e matemática, em que a participação não excede 25%.

Finalmente, o ensino a distância ou virtual registou um crescimento de 89% entre 2010 e 2018, atingindo 4,5 milhões de estudantes do primeiro grau em 2018. A partir de 2020, como resultado da pandemia causada pelo Covid-19, a maioria das atividades de formação e investigação tornou-se dependente da conectividade à Internet, de modo que, a níveis ainda não devidamente medidos, todo o ensino funcionou de forma remota, sincronizada e assíncrona, dependendo do equipamento e dos recursos de conectividade dos estudantes e professores.

Este diagnóstico permite dar conta das dinâmicas que organizam os sistemas educativos terciários e universitários que, sob diferentes esquemas institucionais e de acordo com as trajectórias de cada um dos países, organizam as opções de acesso à formação académica e científica e à profissionalização hoje disponíveis. Isto constitui a base para organizar as áreas de produção, serviços e os campos social, económico e científico que estruturam as políticas de desenvolvimento e bem-estar da população da América Latina.

Bibliografia

CEPAL (2020). Enfrentar los efectos cada vez mais mayores del COVID-19 para una reactivación con mayor igualdad: nuevas proyecciones, Informe especial Nro 5, Santiago, Chile.

CEPAL (2019). Projecções demográficas, Observatório Demográfico para a América Latina e Caraíbas, Santiago, Chile.

Fanelli, A. M. (2019). El financiamiento de la educación superior en América Latina: tendencias e instrumentos de financiamiento, Propuesta Educativa, nº 52, pp.111-126. FLACSO Argentina, Buenos Aires.

IESALC (2019). Mobilidade no ensino superior: desafios e oportunidades para um acordo renovado, Working Papers No. 1. Caracas, UNESCO-IESALC

OCDE (2021). Reforçar a recuperação: A necessidade de rapidez, Relatório Intercalar, París.

OCTS (2018). Lacunas de género na produção científica ibero-americana. Papeles del Observatorio nº 9, Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad, Buenos Aires.

OCTS (2019). Panorama do Ensino Superior na Ibero-América - Edição de 2019. Papeles del Observatorio nº 12, Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad, Buenos Aires.

OEI (2018). Universidades, pilares da ciência e da tecnologia na América Latina. Observatório Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade.

OEI (2014). Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento e Coesão Social. Um Programa Ibero-Americano na década dos bicentenários, Buenos Aires.

TROW, M. (2006). Reflection on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII, en J. J. F. Forest y P. G. Altbach (eds.): International Handbook of Higher Education, Países Bajos, Springer, pp. 243-280.

Apêndice metodológico

Medir e analisar a internacionalização dos países da rede ibero-americana

A mobilidade internacional é uma área cada vez mais discutida e analisada pela academia e com implicações na organização do Ensino Superior. Há, naturalmente, um caminho a percorrer, onde a área de recolha de dados é fundamental para o progresso do conhecimento.

Os indicadores têm um valor enorme na monitorização do sistema educativo e na tomada de decisões por parte dos diferentes agentes educativos, e por isso, é muito importante construir indicadores comparáveis. Estes tendem a acompanhar as dinâmicas do ensino superior e, assim, torna-se fundamental avaliar as dificuldades de reporte dos diversos países. É importante ampliar a informação já disponível, aumentar o número de países que reportam dados sobre a internacionalização, expandir a informação sobre internacionalização atualmente solicitada aos países e rever e complementar os indicadores atualmente definidos no Manual de Lima em relação aos estudantes internacionais.

No âmbito do grupo de trabalho da Rede Ibero-Americana de Indicadores do Ensino Superior (Rede INDICES) sobre a internacionalização, no qual colaboraram especialistas da Argentina, Chile, Espanha e Portugal, em colaboração com o Secretariado-Geral e o Observatório de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), este tema foi amplamente discutido e foram apresentadas diversas propostas para o seu desenvolvimento que posteriormente foram debatidas em reunião da rede IndicES.

Para melhorar a comparabilidade dos dados relativos à internacionalização dos países da rede ibero-americana, recomendou-se a recolha da informação sobre a definição de "estudante internacional de ciclo completo" que cada país utiliza e propôs-se que a definição "4.10. Estudiantes internacionales de ciclo completo" do Manual de Lima passe a ser:

Número de estudantes internacionais de ciclo completo que completaram os seus estudos secundários num país diferente daquele em que estão a estudar no momento da recolha de dados. No caso destes dados não poderem ser recolhidos, o critério recomendado é o país de residência anterior ou habitual ou o país onde completaram o seu nível de educação anterior.

Existem outros organismos, como a UNESCO, a OCDE e o Eurostat que também consideram a nacionalidade.

De modo a colmatar-se algumas lacunas de informação, em coordenação com os gabinetes nacionais, torna-se importante, nos países para os quais não existem dados disponíveis, realizar um diagnóstico sobre o problema específico de cada um e promover encontros para a disseminação das práticas e métodos existentes a nível nacional, para que se possam motivar ou acompanhar nas próximas recolhas de dados.

No que respeita à mobilidade dos estudantes de ciclo completo, considera-se que a análise poderia ser melhorada com os dados já disponíveis ao divulgar-se o valor absoluto de alguns indicadores, em vez da percentagem, e ao construir-se o indicador com os alunos de entrada e saída de cada país: 'Inscritos em mobilidade de grau nos países, por país de origem', construindo um indicador com os estudantes de entrada e saída de cada país, conforme o seguinte exemplo:

Quadro 1. Estudantes internacionais matriculados por país de origem

Sexo	Total										
Nível de educação	Ensino Superior (níveis 5 a 8 do ISCED2011)										
Ano	2018										
Unidade	Individual										
País	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	México	Portugal	Espanha			
País de origem											
Andorra		5	0	0				1.096			
Argentina		1.032		125				1.296			
Bolívia		1.096						731			
Brasil			226				10.965	1.852			
Chile				104				2.127			
Colômbia		1.668	1.201					6.161			
Costa Rica								500			
Cuba		294						412			
República Dominicana		45						1.637			
Equador		348	469	566				6.622			
El Salvador								420			
Guatemala								399			
Honduras		131						546			
México		219		441				2.960			
Nicarágua								218			
Panamá								411			
Paraguai		1.255	50					415			
Peru		1.487	1.499	335			45	2.795			
Portugal		692	1.433	5				2.033			
Porto Rico		5	0	3			••	202			
Espanha		233	U	88			1.017				
Uruguai		233	46	00			1.017	387			
Venezuela, República Bolivariana da Venezuela		431	494	1.631			190	1.758			

Fonte: Education at a Glance 2019 - OECD/UIS/Eurostat (2019), OECD.Stat - Estudantes internacionais a tempo inteiro que completaram o seu nível de educação anterior - ensino secundário - num país diferente daquele em que estão a estudar por país de origem (https://stats.oecd.org/).

Para além do número de mobilidades cruzadas (tabela de entradas-saídas) entre países ibero-americanos, poderia ser apurado o número de mobilidades cruzadas entre países da América Latina e entre países ibero-americanos da mesma língua, assim como, o rácio de saídas/entradas por país.

Uma outra forma de se analisar a mobilidade de ciclo completo na região iberoamericana seria produzir os seguintes indicadores com os dados já existente:

 Indicador 1 - % de alunos inscritos em mobilidade de grau no país x que realizaram o ensino secundário nos países fronteira face à totalidade de alunos inscritos em mobilidade de grau que realizaram o ensino secundário nos países da Iberoamérica

Método de cálculo:

Total de alunos que realizaram o ensino secundário num país fronteira ao país x, num determinado ano, sobre o número total de alunos inscritos no ensino superior em mobilidade de grau que realizaram o ensino secundário em países da Iberoamérica.

Fórmula:

$$\frac{\sum_{i}^{j_{x}} M_{x,i}}{\sum_{i}^{OEI} M_{x,i}}$$

Onde:

x é o país latino-americano para o qual o indicador deve ser calculado; $M_{x,i}$ é o número de alunos que estão em mobilidade de grau no país x e realizaram o ensino secundário no país x; a é a lista de países da Iberoamérica que fazem fronteira com o país x; a a lista dos países da América Latina.

 Indicador 2 - % de alunos inscritos em mobilidade de grau no país x que realizaram o ensino secundário em países da América e Caraíbas face à totalidade de alunos inscritos em mobilidade de grau do país x

Método de cálculo:

Total de alunos que realizaram o ensino secundário num país pertencente à América e Caraíbas, num determinado ano, sobre o número total de alunos inscritos no ensino superior em mobilidade de grau do país x.

Fórmula:

$$\frac{\sum_{i}^{AC_{\mathcal{X}}} M_{x,i}}{\sum_{i}^{t} M_{x,i}}$$

Onde:

x é o país latino-americano para o qual o indicador deve ser calculado; $M_{x,i}$ é o número de alunos que estão em mobilidade de grau no país x e realizaram o ensino secundário no país i; AC_x é a lista de países da América e de Caraíbas; t é a lista completa de países onde os alunos inscritos no país x em mobilidade de grau realizaram o ensino secundário.

 Indicador 3 - % de alunos inscritos em mobilidade de grau no país x que realizaram o ensino secundário em países da Iberoamérica face à totalidade de alunos inscritos em mobilidade de grau do país x

Método de cálculo:

Total de alunos inscritos no ensino superior do país x em mobilidade de grau que realizaram o ensino secundário em países da Iberoamérica, num determinado ano, sobre o número total de alunos inscritos no ensino superior em mobilidade de grau do país x.

Fórmula:

$$\frac{\sum_{i}^{IEO} M_{x,i}}{\sum_{i}^{t} M_{x,i}}$$

Onde:

x é o país latino-americano para o qual o indicador deve ser calculado; $M_{x,i}$ é o número de alunos que estão em mobilidade de grau no país x e realizaram o ensino secundário no país i; OEI é a lista dos países da América Latina; t é a lista completa de países onde os alunos inscritos no país x em mobilidade de grau realizaram o ensino secundário.

 Indicador 4 - % de alunos inscritos em países da rede ibero-americana em mobilidade de grau que realizaram o ensino secundário em países da Iberoamérica face à totalidade de alunos inscritos em mobilidade de grau dos países da rede ibero-americana

Método de cálculo:

Total de alunos inscritos na rede ibero-americana em mobilidade de grau que realizaram o ensino secundário em países da Iberoamérica, num determinado ano, sobre o número total de alunos da rede ibero-americana inscritos em mobilidade de grau.

Fórmula:

$$\frac{\sum_{x=1}^{23} \sum_{i}^{OEI} M_{x,i}}{\sum_{x=1}^{23} \sum_{i}^{t} M_{x,i}}$$

Onde:

x é o país da América Latina; $M_{x,i}$ é o número de alunos que estão em mobilidade de grau no país x e realizaram o ensino secundário no país i; OEI é a lista dos países da América Latina; t é a lista completa de países onde os alunos inscritos no país x em mobilidade de grau realizaram o ensino secundário.

Atualmente, apenas é solicitado aos países que reportem o número de estudantes que saem através dos programas de mobilidade internacional de crédito, no entanto em muitos casos obter os dados das entradas poderia ser uma opção mais fácil.

A recolha do número de estudantes que entram através dos programas de mobilidade internacional de crédito devia ser feita igualmente por nível CITE, sexo, setor de gestão (público/privado), área de educação e formação, modalidade (presencial/a distância), grupo etário e país de origem. Com estes dados e construindo um indicador de mobilidades cruzadas (tabela de entradas-saídas) entre países ibero-americanos, cada país ficaria a conhecer o número de estudantes no exterior e em que país.

Em síntese, melhorar a análise dos indicadores já disponíveis e a conceptualização da internacionalização, e ampliar a informação recolhida sobre mobilidade de crédito (ou de programas), através dos dados de entrada e não de saída, poderia ser um caminho a seguir com vista ao objetivo de: melhorar a qualidade da informação disponível, aumentar o número de países que fornecem dados sobre a internacionalização no âmbito do ensino superior e desenvolver novos indicadores sobres estudantes internacionais. A recolha de dados dos indicadores deveria, ainda, ser feita em coordenação com outros organismos internacionais, para que possa haver uma troca de experiências e de metodologias, e deveriam ser feitos diagnósticos, junto dos gabinetes nacionais dos países para os quais não existem dados disponíveis, sobre os problemas específicos, com o objetivo de motivar e acompanhar estes países na próxima recolha de dados.



